



APIN

EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

CONSULTA PRÉVIA

CPG/56/2020

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE,
ASSESSORIA FISCAL E APOIO À APIN NA ÁREA DOS
RECURSOS HUMANOS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES,
COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO ATÉ 36 MESES

CADERNO DE ENCARGOS

1 – CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1ª – Objeto

1. o contrato a celebrar tem por objeto a prestação de serviços de contabilidade, assessoria fiscal e apoio à APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA (doravante designada APIN), na área dos recursos humanos, por um período de 12 meses, com possibilidade de renovação até 36 meses.
2. A APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA é uma empresa sujeita ao Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/08 , revista e atualizada pelas Leis n.º 53/2014, de 25/08, n.º 69/2015, de 16/07 , n.º 7-A/2016, de 30/03, n.º 42/2016, de 28/12 , n.º 114/2017, de 29/12 e n.º 71/2018, de 31/12, à Lei comercial, aos Estatutos e, subsidiariamente, ao Regime jurídico do sector público empresarial, aprovado pelo DL 133/2013 de 03.10 , revisto e atualizado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30/09 e n.º 42/2016, de 28/12).
3. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008, o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos – CPV correspondente a esta aquisição é o seguinte: **79211000-6 – Serviços de contabilidade**

Cláusula 2ª – Contrato

1. O contrato é constituído pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os elementos seguintes:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões ao Caderno de Encargos, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário sobre a sua proposta.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º, do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do art.º 101.º, do CCP.

Cláusula 3ª – Prazo de execução do contrato

1. O contrato é válido por doze meses, com possibilidade de renovação por igual período, se for renovado manifestamente e por escrito, por parte da APIN, 60 dias antes do termo do período em curso.
2. O prazo de vigência do contrato referido no número anterior não pode ser superior a trinta e seis meses, incluindo quaisquer prorrogações expressas ou tácitas do prazo de execução das prestações que constituem o seu objeto, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Decorrido o prazo referido no número anterior o contrato caduca automaticamente.
4. O contrato entra em vigor na data da sua celebração.

Cláusula 4ª – Preço base

1. O preço base total para a prestação de serviços que constituem o objeto da presente consulta prévia é de 48.600€ (quarenta oito mil seiscentos euros), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. Sendo o preço base o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto conforme disposto no n.º 1 do art.º 47.º do CCP.
3. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção, pela mesma, das respetivas faturas.

Cláusula 5ª – Obrigações do prestador do serviço

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, constituem obrigações principais do prestador do serviço as seguintes:

- a) Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta de acordo com as especificações técnicas patentes na parte 2 – CLÁUSULAS TÉCNICAS, do presente caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios d ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para a execução da prestação de serviços;
- c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da APIN;
- d) Proceder à entrega dos documentos correspondentes à prestação de serviços, de acordo com os prazos contratualizados;
- e) Prestar as informações que forem solicitadas pela APIN;
- f) Disponibilizar pelo prazo do contrato (12 meses a contar da data de assinatura do contrato, com possibilidade de renovação até 36 meses) o número suficiente de técnicos com qualificação técnico científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os prestadores de serviços e os representantes da APIN;
- g) O prestador do serviço, garante, em particular, conhecer e cumprir a legislação e regulamentação aplicáveis, bem como os sistemas de contabilidade e reporte, nomeadamente: o Sistema de Normalização Contabilística (SNSC) e os International Financial Reporting Standards (IFRS).
- h) A título acessório, o prestador do serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- i) O prestador do serviço obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade própria das melhores práticas;
- j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6ª – Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeita às exigências, prazos de garantia e demais obrigações legais, aplicáveis no âmbito de um contrato de prestação de serviços, nos termos

do disposto no artigo 438.º do CCP, bem como de princípios e normas comunitários que também sejam aplicáveis à prestação destes serviços públicos.

Cláusula 7ª – Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador do serviço violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se violação grave o atraso na prestação do serviço objeto do contrato superior a 5 dias de calendário, sem que o mesmo tenha sido devidamente justificado e essa justificação aceite pela entidade adjudicante.

Cláusula 8ª – Resolução por parte do prestador do serviço

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o prestador do serviço pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, com exceção da situação descrita no número anterior, em que poderá ser exercido mediante declaração ao contraente público, aplicando-se o disposto no n.º 4), do art.º 332.º, do CCP.

Cláusula 9ª – Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 10ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador do serviço e a cessão da posição contratual de qualquer das partes rege-se pelo disposto no CCP.

Cláusula 11ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, conforme disposto no CCP.
2. Qualquer alteração deve ser comunicada por escrito à outra parte.

Cláusula 12ª – Força maior

1. Não é havida como incumprimento de qualquer das partes a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
3. Não constituem força maior, nomeadamente:
 - a) Circunstância que não constitua força maior para os subcontratos do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou de ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações ou equipamentos de apoio e veículos do fornecedor, cuja causa, propagação ou

- proporções se devam a culpa ou negligência suas ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13ª- Dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem podem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força de lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a – Proteção de dados pessoais

1. O fornecedor obriga-se a manter em total e completo sigilo todas as informações de natureza profissional, consideradas pela entidade adjudicante como confidenciais, bem como, toda a demais, informação privada ou de propriedade da entidade adjudicante de que venha a tomar conhecimento por força da execução do contrato ("Informação Confidencial").
2. O fornecedor obriga-se expressamente a utilizar a informação confidencial única e exclusivamente para efeitos e no âmbito do contrato, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros, independentemente dos fins.
3. O fornecedor obriga-se a conservar estritamente as indicações que lhe forem pontualmente fornecidas pela entidade adjudicante, relativamente à divulgação da Informação Confidencial, devendo ainda consultar previamente aquela sempre que tenha dúvidas relativamente à possibilidade de divulgação de determinada Informação Confidencial.
4. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por todos e quaisquer prejuízos que esta venha a sofrer, decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas na presente cláusula.
5. O fornecedor obriga-se, ainda, nos termos do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e na Lei 58/2019, de 8 de agosto (Regulamento Geral da Proteção de Dados, transposto para o ordenamento jurídico português), a:
 - a) Não realizar tratamento da informação a que tiver acesso, a não ser para a finalidade que lhe for solicitada pela entidade adjudicante, e que é objeto do caderno de encargos;
 - b) Cumprir o disposto na legislação portuguesa em vigor sobre proteção de dados pessoais;
 - c) Guardar sigilo profissional sobre a informação obtida no âmbito do presente contrato, nos termos do disposto no supracitado RGPD;
 - d) Adotar todas as medidas de carácter técnico e organizativo necessárias e adequadas a garantir a segurança da informação obtida no âmbito do contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a distribuição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a

difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer forma de tratamento ilícito.

Cláusula 15.ª – Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.ª-A do CCP, aquando da outorga do contrato será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela entidade adjudicante.
2. As competências do Gestor do Contrato são as definidas no contrato (quando aplicável), bem como as definidas no CCP.

Cláusula 16.ª – Contagem de prazos

1. Os prazos previstos para a formação do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 470.º do CCP.
2. Os prazos previstos para a execução do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 471.º do CCP.

Cláusula 17.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

2 - CLÁUSULAS TÉCNICAS

O serviço objeto do contrato compreende a prestação de serviços de contabilidade, assessoria fiscal e apoio à APIN na área dos recursos humanos.

Sem prejuízo do desempenho de outras atividades no âmbito da Direção Administrativa e Financeira, os serviços em causa compreendem, designadamente:

- a) Executar a contabilidade geral conforme princípios e normas contabilísticas em vigor, desde a data de início de contrato com a APIN até ao término do contrato, assumindo a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, nos termos definidos pela legislação em vigor;
- b) Análise, preparação, classificação e processamento informático mensal de todos os documentos relativos às operações da APIN, nomeadamente com centros de custos;
- c) Elaboração de Balanços, Balancetes periódicos, para auxiliar e orientar a APIN nas suas decisões;
- d) Elaboração das declarações contabilísticas e fiscais anuais;
- e) Análise e envio do SAFT;
- f) Cálculo de impostos e contribuições devidos pela entidade Adjudicante, bem como a preparação das necessárias declarações e guias de pagamento;
- g) Preparar e emitir as peças contabilísticas legalmente exigidas para efeitos de Relatório Anual e Contas;
- h) Processamento mensal dos mapas de análise como o Balanço, a Demonstração de Resultado por natureza e a Demonstração de Fluxos de Tesouraria;
- i) Apoio na preparação de informação dos relatórios e pedidos de esclarecimentos e/ou documentos exigidos por entidades públicas, nomeadamente: Autoridade Tributária, Segurança Social, IEFP, ADSE, CGA, ACT, Instituto Nacional de Estatística, entre outras;
- j) Tratamento de todas as questões relacionadas com CGA, ADSE e Sindicatos, relacionadas com direitos e deveres dos trabalhadores da empresa, incluindo descontos, reembolsos, solicitação de emissão de cartões, submissão de documentos, entre outras;

- k) Processamento salarial, designadamente: elaboração da folha de pagamentos, recibos de salários, mapas de férias, registo de penhoras de vencimento e quaisquer descontos obrigatórios por decisão judicial;
- l) Envio eletrónico dos recibos de vencimento;
- m) Apuramento dos encargos salariais, impostos e contribuições, preenchimento das respetivas declarações e guias de pagamento;
- n) Preparação e envio de folhas de férias e acidentes de trabalho para companhias seguradoras;
- o) Apoio na elaboração de mapas necessários ao preenchimento do Relatório único;
- p) Apoio e esclarecimento de dúvidas relacionadas com o processamento salarial, contribuições, declarações e outras obrigações e direitos com consequência económica, no âmbito de relações de direito público e privado;
- q) Reuniões de acompanhamento: 1 reunião com um relatório trimestral e 1 reunião com relatório de fecho

Penela, 18 de novembro de 2020